

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

(AUDIÊNCIA PÚBLICA) REQUERIMENTO Nº....., DE.....2010 (Do Sr. Deputado CHICO LOPES)

Requer a realização de Audiência Pública na Comissão de Defesa do Consumidor para discutir sobre as taxas de administração dos planos de previdência complementar e os efeitos na reserva da poupança dos consumidores.

Senhor Presidente:

Nos termos regimentais, requeiro a V. Exa., ouvido o Plenário desta Comissão, a realização de Audiência Pública, em data a ser agendada o mais breve possível, para discutir sobre as taxas de administração dos planos de previdência complementar e os efeitos na reserva da poupança dos consumidores.

Nesse sentido, requeremos a realização dessa Audiência Pública e para tanto, solicitamos que sejam convidados o Representante do Banco Central, o Representante da Federação Nacional de Previdência Privada – FENAPREVI, os Representantes da BrasilPrev Seguros e Previdência, da Bradesco Seguro e Previdência, da Itaú Previdência e Seguros, Representante da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, o Diretor do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor - DPDC/MJ, o Presidente do, o Representante do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor – IDEC, e o Presidente da Associação Brasileira de PROCON's.

JUSTIFICAÇÃO

A referida Audiência Pública tem por objetivo debater sobre as taxas de administração dos planos de previdência complementar, sobretudo nos efeitos que estas ocasionam na reserva de poupança dos consumidores.

A crescente demanda em relação a esse tipo de serviço pela população brasileira demonstra a necessidade de ampliar o debate sobre o assunto, uma vez que a sua finalidade é garantir uma aposentadoria confortável, com o mesmo padrão financeiro ao cidadão quando se está na ativa, funcionando de fato como uma espécie de poupança de longo prazo.

O cidadão ao aderir a um plano de previdência complementar ou privada não se preocupa com as taxas cobradas e consequentemente com o impacto que as pequenas variações poderão causar no valor aplicado.

Dessa forma, com o intuito aprofundarmos a discussão sobre o tema, principalmente no que se refere ao atendimento das necessidades dos consumidores, o respeito à sua dignidade, a proteção dos seus interesses econômicos, bem como a transparência e harmonia das relações de consumo é que requeremos a presente Audiência Pública.

Sala das Comissões, em 15 de abril de 2010.

Deputado Chico Lopes
PCdoB/CE